



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JAGUARAIÁ • PR

Artigo 37 da Constituição Federal | Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal
Criado de Acordo com a Lei Municipal 2603/2016 Regulamentado pelo decreto 452/2016

www.jaguaraiá.pr.gov.br

Jaguaraiá, 28 de novembro de 2025

04 Páginas / Ano 10 / Edição nº 991



LEIS

LEI n.º 3094/2025

EMENTA: Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a Patrocinar e Subvencionar Eventos Culturais, Esportivos e Educativos, e dá outras providências.

AUTORIA: Poder Executivo

A Câmara Municipal de Jaguaraiá Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a patrocinar e subvencionar eventos de natureza cultural, esportiva e educativa, destinados à promoção do bem-estar, da integração social e do desenvolvimento da população de Jaguaraiá.

Parágrafo Único. Os eventos de que trata essa Lei poderão ter a cobrança de taxas de inscrição, mas não ingressos para o público em geral.

Art. 2º Poderão ser objeto de patrocínio ou subvenção os eventos escolhidos pelos Secretários das respectivas pastas, aqueles que apresentem relevância para o interesse público e participação comunitária e:

- I. Estejam previamente programados e aprovados pelos conselhos Municipais inerentes ao evento, no início do ano civil;
- II. Constem no calendário esportivo-cultural do Estado do Paraná ou em Calendário Oficial.

Art. 3º A subvenção Municipal poderá corresponder a até 50% (cinquenta por cento) da dotação orçamentária anual destinada à realização de eventos, observadas as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Único. As subvenções e incentivos que esta Lei prevê, poderá ser através de realização de infraestrutura mínima para os eventos.

Art. 4º A concessão de patrocínio ou subvenção dependerá de:

- I. Solicitação formal da pessoa jurídica interessada, acompanhada de plano de trabalho;
- II. Análise e capacidade técnica, com parecer favorável da Secretaria Municipal competente, a qual possui discricionariedade na avaliação;
- III. O solicitante deverá demonstrar experiência no ramo de atividade de no mínimo 02 (dois) anos, bem como a comprovação de eventos realizados em outras localidades;
- IV. Celebração de termo de parceria, convênio ou instrumento congêner, contendo cláusulas de prestação de contas e de cumprimento dos objetivos pactuados.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, das Secretarias as quais os eventos estiverem diretamente relacionados, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser complementada através de Decreto.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, 27 de novembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

LEI n.º 3095/2025

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com o Consórcio Intergestores Paraná Saúde e dá outras providências.

AUTORIA: Poder Executivo

A Câmara Municipal de Jaguaraiá Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, Gestor Municipal do Sistema Único de Saúde – SUS, autorizado a firmar Convênio com o Consórcio Intergestores Paraná Saúde, objetivando a operacionalização das ações de assistência farmacêutica, através da aquisição de medicamentos essenciais à população usuária do SUS.

Art. 2º Os recursos Municipais para pagamento dos valores previstos no convênio adirão do orçamento geral do Município na dotação, elemento e fonte próprios.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 27 de novembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

LEI n.º. 3096/2025

EMENTA: Institui o Plano Municipal de Cultura de Jaguaraiá/PR, e dá outras providências.

AUTORIA: Poder Executivo

A Câmara Municipal de Jaguaraiá Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º O Plano Municipal de Cultura de Jaguaraiá/PR, define políticas públicas por 10 (dez) anos, assegurando o estabelecimento de um sistema de gestão pública, participativa com acompanhamento e avaliação das políticas culturais, identificação e promoção do patrimônio e da diversidade cultural, acesso à produção e fruição da cultura em todo o município, além da inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico, e tendo como princípios:

- I. A universalização do acesso à cultura;
- II. A afirmação dos valores, identidades, diversidade e pluralismo cultural;
- III. A participação da sociedade civil e o diálogo com agentes e produtores culturais;
- IV. A implantação de um modelo qualificado de gestão compartilhada, eficaz e eficiente no planejamento e execução de políticas culturais;
- V. A cultura como fator de desenvolvimento sustentável;
- VI. Identificação a valorização da memória e do patrimônio cultural.

Art. 2º São objetivos do Plano Municipal de Cultura:

- I. Universalizar o acesso à arte e à cultura;
- II. Reconhecer e valorizar a diversidade cultural, os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores;
- III. Valorizar e difundir as criações artísticas dentro da diversidade dos bens culturais;
- IV. Articular políticas públicas de cultura buscando a interação com outras áreas;
- V. Fortalecer a ação do Município no planejamento e na execução das políticas culturais;
- VI. Qualificar a gestão na área cultural;
- VII. Formular, implementar, acompanhar e avaliar políticas culturais;
- VIII. Qualificar ambientes e equipamentos culturais e permitir aos criadores o acesso às condições e meios de produção cultural;
- IX. Fomentar a produção e a difusão de conhecimentos, bens e serviços culturais;
- X. Identificar, preservar e promover o patrimônio cultural material e imaterial;
- XI. Criar mecanismos para o desenvolvimento da economia da cultura estimulando a sustentabilidade dos processos culturais.

Art. 3º O Plano Municipal de Cultura será coordenado pelo Conselho Municipal de Cultura (CMC) e pelo órgão gestor municipal de Cultura.

Parágrafo Único. O CMC (Conselho Municipal de Cultura) exercerá a função de coordenação executiva do Plano Municipal de Cultura, conforme esta Lei, ficando responsável pela organização de seus instâncias, pelos termos de adesão, pelo estabelecimento de cronogramas, pelos regimes de demais especificações necessárias à sua implantação.

Art. 4º A implementação do Plano Municipal de Cultura será feita em regime de cooperação entre o Município, o Estado do Paraná e em parceria com a União, haja vista o Plano Nacional de Cultura, instituído pela Lei Federal n.º 12.343/2010.

Parágrafo Único. A implementação dos programas, projetos e ações instituídos no âmbito do Plano Municipal de Cultura poderá ser realizado com a participação de instituições públicas ou privada, mediante a celebração de instrumentos previstos em Lei.

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES DO PODER PÚBLICO

Art. 5º Compete ao Poder Público, nos termos desta Lei:

- I. Formular, em conjunto com o Conselho Municipal de Cultura, políticas públicas e programas que conduzam à efetivação dos objetivos, diretrizes e metas do Plano;
- II. Avaliar e garantir o desempenho do Plano Municipal de Cultura e apoiar e assegurar sua efetivação pelos órgãos responsáveis;
- III. Fomentar a cultura de forma ampla, por meio da promoção e difusão, da realização de editais e seleções públicas para o estímulo a projetos e processos culturais, da adoção de subsídios econômicos, da implantação regulada de fundos públicos e privados, entre outros incentivos, nos termos desta Lei;
- IV. Estabelecer estratégias de atuação do órgão por meio de pessoas capacitadas da própria administração, especializadas ou interessadas na área, capazes de estruturar, programar e estimular o desenvolvimento de políticas públicas de Cultura no município;
- V. Prever na equipe um produtor cultural (profissional contratado com cargo em comissão ou servidor de carreira), qualificado para o planejamento e a gestão de ações culturais;
- VI. Proteger e promover a diversidade cultural, a criação artística e suas manifestações e as expressões culturais, individuais ou coletivas, de todos os grupos étnicos e suas derivações sociais, reconhecendo a abrangência da noção de cultura em todo o território e garantindo a multiplicidade de seus valores e formações;
- VII. Promover e estimular o acesso à produção e ao empreendimento cultural, a circulação e o intercâmbio de bens, serviços e conteúdos culturais, e o contrato e a fruição da arte e da cultura de forma universal;
- VIII. Garantir a identificação a preservação do patrimônio cultural Jaguaraiense, resguardando os bens de natureza material e imaterial, os documentos históricos, acervos e coleções, as formações urbanas e rurais, os sítios arqueológicos pré-históricos e as obras de arte, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência aos valores, identidades, ações e memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade Jaguaraiense;
- IX. Articular as políticas públicas de cultura e promover a organização de redes e consórcios para a sua implantação, de forma integrada com as políticas públicas de educação, comunicação, ciência e tecnologia, direitos humanos, meio ambiente, turismo, planejamento urbano, desenvolvimento econômico e social, indústria e comércio, relações exteriores, entre outras;
- X. Dinamizar as políticas de intercâmbio e a difusão da cultura Jaguaraiense na região e no estado promovendo bens culturais e criações artísticas da cidade no ambiente Regional e Estadual e dar suporte à presença desses produtos nos mercados de Interesse econômico Regional;
- XI. Organizar a Conferência Municipal de Cultura, através de instâncias consultivas e participativas da sociedade civil para debater estratégias de execução de políticas públicas de cultura;
- XII. Incentivar a adesão de organizações e instituições do setor privado e entidades da sociedade civil às diretrizes e metas do Plano Municipal de Cultura por meio de ações próprias, parcerias, participação em programas.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES, METAS E AÇÕES

Art. 6º São diretrizes do PMC:

- I. Fortalecer a ação do Município no planejamento e na execução das políticas culturais, intensificar o planejamento de programas e ações voltados ao Campo Cultural e consolidar a execução de políticas para a Cultura;
- II. Reconhecer e valorizar a diversidade, bem como proteger e promover as artes e expressões culturais;
- III. Universalizar o acesso à arte e à cultura, qualificar ambientes e equipamentos culturais e permitir aos criadores o acesso às condições e meios de produção cultural;
- IV. Ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável, promover as condições necessárias para a Consolidação da Economia Criativa e da Cultura, além de induzir estratégias de sustentabilidade nos processos Culturais;

Art. 7º São metas e respectivas ações do PMC:

- I. Implantar integralmente o Sistema Municipal de Cultura, objetivando sua institucionalização e integração aos Sistemas Estadual e Nacional de Cultura, nos seguintes termos:
 - a) Implantar o Sistema Municipal de Cultura e manter os elementos necessários que o compõem;
 - b) Implantar e regulamentar redes de articulação entre os diversos setores da Administração Pública Local e Regional;
 - c) Manter a participação nos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura;
 - d) Promover a organização e profissionalização artístico-cultural do município de Jaguaraiá/PR;
- II. Fomentar a área cultural por meio de projetos e ações culturais, nos seguintes termos:
 - a) Realizar ações de sensibilização quanto à importância do investimento na cultura para o desenvolvimento humano;
 - b) Realizar acordos para a revisão das Leis com órgãos responsáveis pelas questões orçamentárias do Município;
 - c) Elaborar, em parceria com os órgãos e poderes competentes, propostas de facilitação do acesso aos recursos financeiros;
 - d) Apoiar o investimento em cultura com a utilização de percentual de pagamentos de royalties;
 - e) Realizar o depósito pela Prefeitura, no primeiro trimestre de cada ano, dos recursos do Fundo Municipal de Cultura aprovados no Orçamento do Município, na conta bancária vinculada criada exclusivamente para uma movimentação, para que, a partir daí, sejam lançados os editais de projetos que serão financiados pelo fundo naquele exercício.
- III. Fortalecer o sistema de financiamento cultural, atendendo às demandas do município, nos seguintes termos:
 - a) Articular parcerias para o fomento de atividades culturais com as esferas

estadual, federal e privada;

- b) Implementar o funcionamento do Fundo Municipal de Cultura do PROMIC, instituído pela Lei Municipal n.º 411/2005, selecionando projetos e concursos por meio de editais públicos, atendendo as demandas regionais, de acordo com seus respectivos planos;
- c) Criar mecanismos de sensibilização da sociedade civil quanto à importância do investimento na área cultural como forma de acesso à cidadania plena;
- d) Incentivar a abertura de espaços públicos ou privados com produtos culturais para venda, em especial as obras de artistas que desenvolvem seus trabalhos na cidade.

IV. Ampliar e adequar os quadros funcionais na área cultural, atendendo às demandas do município nos próximos 10 (dez) anos, nos seguintes termos:

- a) Estimular a criação de carreiras para a área artístico-cultural;
- b) Formar uma estrutura mínima de pessoas com capacitação contínua, visando ao cumprimento das políticas públicas de cultura;
- c) Prever na equipe um produtor cultural (profissional contratado com cargo em comissão ou servidor de carreira), qualificado para o planejamento e ações culturais;
- d) Realizar, em parceria com os órgãos competentes, propostas de concurso público para cargos da Administração Cultural;
- e) Elaborar, em parceria com os órgãos e poderes competentes, propostas de implantação de plano de cargos e salários na área artístico-cultural;
- f) Apoiar mecanismos para regulamentação da profissão de Produtor Cultural.

V. Criar e implantar programas de formação e capacitação na área cultural, nos seguintes termos:

- a) Oferecer aos agentes, produtores e gestores culturais e à sociedade civil, cursos, oficinas e seminários de capacitação e aperfeiçoamento técnico na área artística e cultural;
- b) Estabelecer parcerias com instituições (universidades, entre outras) para a formação continuada de gestores culturais e capacitação técnica dos agentes e produtores culturais, conservando a transversalidade do conhecimento e a vivência artística;
- c) Apoiar e incentivar a pesquisa científica e tecnológica no campo artístico e cultural, por meio de parcerias;
- d) Promover a integração entre gestores, pesquisadores, artistas e comunidade para integrar o conhecimento acadêmico e os saberes tradicionais e populares às políticas públicas;
- e) Qualificar agentes e produtores culturais para o atendimento às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

VI. Criar, programar e aperfeiçoar mecanismos de informação e divulgação que atinjam todo o Município, nos seguintes termos:

- a) Ampliar e aperfeiçoar os mecanismos de comunicação e informação do órgão gestor de Cultura utilizando as ferramentas tecnológicas disponíveis;
- b) Incentivar parcerias com os meios de comunicação, incluindo as rádios e TVs públicas e comunitárias, e redes sociais, para a divulgação de atividades culturais;
- c) Estimular a criação de meios de comunicação nos bairros;
- d) Criar e divulgar uma Agenda cultural do Município;
- e) Envolver os órgãos, gestores e empresários de Turismo na gestão, planejamento e estratégia de divulgação dos equipamentos culturais, promovendo espaços de difusão de atividades;
- f) Apoiar a divulgação dos programas culturais criados pelos governos Federal, Estadual e Municipal;
- g) Apoiar mecanismos de difusão e divulgação de bens culturais;
- h) Integrar as políticas de comunicação e as políticas de cultura do Município.

VII. Atualizar em parceria com a Câmara Municipal e o Conselho Municipal de Cultura, os marcos legais da Cultura, visando garantir o Direito Cultural nos seus diversos aspectos (como acesso, diversidade cultural, informação, liberdade de expressão), nos seguintes termos:

- a) Encaminhar, por meio do Conselho Municipal de Cultura, as demandas de cultura para a Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa e Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado);
- b) Realizar, em parceria com os órgãos e poderes competentes, propostas de ajustes nas Legislações relativas à vida cultural.

VIII. Criar e fortalecer o Sistema Municipal de Museus de Jaguaraiá/PR, nos seguintes termos:

- a) Elaborar, implantar e consolidar a Política Municipal de Museus;
- b) Incentivar a participação popular na formação de um planejamento estratégico para o campo museal da cidade;
- c) Aprimorar mecanismos de gestão para a qualificação dos Museus da cidade.

IX. Implantar programa atual de políticas públicas de ações culturais transversais com as demais Secretarias, Autarquias, Universidades, Sistema S, entre outros, contemplando todas as regiões do Município, nos seguintes termos:

- a) Avaliar, com a participação da sociedade civil, projetos e programas na área cultural, visando a sua continuidade administrativa;
- b) Apoiar e promover o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços voltadas às artes;
- c) Estimular a transversalidade da cultura nas políticas públicas;
- d) Envolver o poder público, produtores, instituições e público nas discussões e realizações de Festivais que possam ser realizados.

X. Apoiar e incentivar as manifestações da diversidade cultural, ampliando a oferta de programas que promovam e protejam as culturas populares, de minorias e de povos tradicionais, nos seguintes termos:

- a) Incentivar ações que favoreçam o intercâmbio de conhecimentos, visando à inclusão e a participação de pessoas e de grupos culturais variados;
- b) Identificar e reconhecer a atividade dos mestres da cultura popular por meio do título de notório saber;
- c) Identificar e apoiar as manifestações das comunidades e povos tradicionais;
- d) Valorizar e fomentar as manifestações culturais locais fortalecendo e contemplando a diversidade cultural, com o objetivo de preservar sua memória e identidade;
- e) Incentivar e promover ações culturais que contribuam para o fim de todo o tipo de discriminação e garantam os Direitos Humanos;
- f) Estimular e priorizar a ocupação de espaços públicos por manifestações culturais populares;
- g) Inserir as expressões e manifestações da cultura negra nas ações culturais pertinentes.

XI. Estimular e fomentar a preservação, a conservação, a restauração, a pesquisa, a difusão e o uso do patrimônio cultural (material e imaterial) e natural, nos seguintes termos:

- a) Fortalecer a política de preservação do patrimônio cultural;
- b) Garantir o uso e a gestão transparentes do Fundo Municipal de Patrimônio Cultural para a conservação e restauração do patrimônio cultural material;
- c) Assegurar a pesquisa e o registro sobre o patrimônio cultural material e imaterial e natural;
- d) Estabelecer parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Núcleo Regional de Educação e Sindicato das Escolas Particulares (SINEPE) para incentivar o trabalho sobre a cultura do Paraná nas escolas do município, por meio de materiais didáticos específicos;
- e) Exigir ações preventivas de conservação em acervos documentais, museais e artísticos;
- f) Propor Legislação e fiscalizar a salvaguarda, o registro, a pesquisa e a preservação de bens culturais (materiais e imateriais) e naturais que são referência para as comunidades Jaguaraienses;
- g) Propor e fiscalizar processos de tombamento e manutenção de bens culturais em âmbito Municipal;
- h) Realizar eventos na área do patrimônio cultural e natural;
- i) Realizar editais para projetos de educação patrimonial, visando à valorização e a preservação do patrimônio cultural e natural;
- j) Manter o órgão responsável pelo Patrimônio Cultural do Município sediado em bem público tombado;
- k) Vincular a preservação do patrimônio cultural e natural ao Plano Diretor do Município;



XII. Fomentar mecanismos de investimentos para criação, construção, recuperação, adequação e manutenção de espaços culturais em todas as regiões do Município, nos seguintes termos:

- Estimular a criação de no mínimo um espaço Cultural central, com Anfiteatro e salas para oficinas artísticas que atendam as demandas do Município;
- Dotar os espaços culturais a estrutura adequada ao seu uso (espaço físico, recursos humanos, móveis, equipamentos, acessibilidade e sustentabilidade) respeitando as normas técnicas vigentes;
- Cumprir a Legislação referente à acessibilidade nos espaços culturais da cidade;
- Estimular as empresas locais a investirem em projetos destinados à construção, recuperação, adequação e manutenção de espaços culturais;

XIII. Implementar programas de formação de público, fomento, divulgação, documentação, descentralização e circulação de bens culturais, nos seguintes termos:

- Promover a integração entre espaços educacionais, esportivos, praças e parques culturais e de lazer, com o objetivo de aprimorar as políticas de formação de público, especialmente na infância e juventude;
- Fomentar e incentivar a Produção Artística e Cultural Jaguariáense, por meio do apoio à criação, registro, difusão e distribuição de obras, ampliando o reconhecimento da diversidade de expressões provenientes das regiões periféricas da cidade;
- Incentivar a criação de calendários e mapas culturais que apresentem sistematicamente os locais de realização de eventos culturais, encontros, feiras, festivais e programas de produção artística e cultural;
- Criar e ampliar programas que contemplem o acesso de bens e atividades culturais atendendo crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência;
- Promover a educação patrimonial, a formação de plateia e público como forma de fomento ao consumo Cultural.

XIV. Implementar programas que permitam o Desenvolvimento da Economia da Cultura Criativa com o propósito de promover a Sustentabilidade da Produção Artístico Cultural do Município, nos seguintes termos:

- Mapar, fortalecer e articular as cadeias produtivas que formam a economia da cultura;
- Criar programas de qualificação do trabalhador da cultura e promover a profissionalização do setor;
- Contribuir com as ações de formalização do mercado, possibilitando a valorização do trabalho e o fortalecimento econômico dos setores culturais;
- Inserir as atividades culturais itinerantes nos programas públicos de desenvolvimento regional sustentável;
- Incentivar a criação de redes e consórcios entre os Municípios da região, possibilitando a valorização das culturas locais e o intercâmbio de atividades;
- Atrair investimentos para a economia criativa no Município;
- Fomentar a inclusão dos atrativos culturais do município nos roteiros turísticos, favorecendo a Sustentabilidade da Cultura;
- Promover o Turismo Cultural visando o reconhecimento, a valorização e profissionalização da atividade turística cultural como forma de gerar sustentabilidade;
- Incentivar ações e projetos de desenvolvimento cultural na perspectiva da economia solidária.

XV. Cadastrar, mapear e diagnosticar os dados do setor cultural, nos seguintes termos:

- Consolidar a implantação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIIC de forma integrada nos Sistemas Estadual e Nacional de Informação e Indicadores Culturais – SNIIIC;
- Manter e autorizar o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIIC, tornando-se acessível;
- Incentivar a alimentação constante dos dados culturais no Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIIC, ampliando o mapeamento, o diagnóstico e a divulgação da cultura na cidade;
- Transformar o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIIC, em uma ferramenta de avaliação do Plano Municipal da Cultura – PMC e das atividades culturais no Município;
- Produzir diagnósticos, estudos e propostas tendo como base o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIIC para implementação de políticas públicas de cultura;
- Mapar atividades, territórios criativos, lugares, grupos e fazeres culturais materiais e imateriais, formando mecanismos de salvaguarda e difusão, de modo a fortalecer as identidades territoriais e explicar a diversidade;
- Estimular a abertura de editais direcionados a pesquisas, como forma de coletar dados para o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIIC;
- Criar um banco de dados dos artistas atuantes em Jaguariá, com ampla divulgação e incentivo.

XVI. Atualizar a cada quatro anos, em parceria com a Câmara Municipal e o Conselho Municipal da Cultura – CMC, os marcos legais da cultura municipal, visando garantir o direito cultural em seus diversos aspectos (como acesso, diversidade cultural, informação, liberdade de expressão, nos seguintes termos):

- Discutir e deliberar nas Conferências de Cultura os marcos legais da cultura;
 - Encaminhar, por meio do Conselho Municipal de Cultura – CMC, as demandas de cultura para a Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa e Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado);
 - Realizar, em parceria com os órgãos e poderes competentes, propostas de ajustes nas Legislações relativas à vida cultural.
- XVII.** promover em parceria com a comunidade cultural a instalação de cooperativa de fomento à cultura, nos seguintes termos:
- criar meios para o desenvolvimento da cadeia produtiva (da cultura e das artes) e impulsionar a economia da Cultura Local e Regional;
 - celebrar convênios com instituições de ensino a fim de capacitar artistas, produtores, gestores e fazedores de cultura, na criação e gestão de cooperativas;
 - estabelecer parcerias a fim de gerar mecanismos de sustentabilidade das cooperativas;
 - estabelecer diretrizes norteadoras para o desenvolvimento da cadeia produtiva e das artes no Município de Jaguariá.

XVIII. Implementar meios de participação social no processo de elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas públicas culturais no Município, nos seguintes termos:

- divulgar em uma plataforma virtual que possibilite à sociedade civil acompanhar a implementação, no Município, das políticas culturais aprovadas nas Conferências;
- incentivar a criação de fóruns permanentes com a participação da sociedade civil, como conselhos e fóruns setoriais, possibilitando a consulta, a reflexão, a qualificação, a avaliação e a proposição de conceitos e estratégias;
- estimular a criação de canais de interlocução da sociedade civil com instituições culturais;
- promover a articulação entre os Conselhos Culturais Federal, Estadual e Municipal;

XIX. Reconhecer e reestruturar espaços públicos com histórico de vínculo à cultura tropeira, promovendo sua requalificação como locais de memória, convivência e difusão cultural, nos seguintes termos:

- mapear, com participação da comunidade local, espaços simbólicos associados à cultura tropeira e elaborar propostas de uso cultural que respeitem sua identidade histórica;
- apoiar a implantação ou revitalização de centros de referência, memoriais e exposições que valorizem o acervo material e imaterial do turismo;
- promover a integração desses espaços às políticas culturais, ambientais, educacionais e turísticas, assegurando seu uso compartilhado e sua função sociocultural.

XX. Implementar mecanismos permanentes de articulação e cooperação entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a Secretaria Municipal de Turismo, visando o planejamento e desenvolvimento integrado de ações.

XXI. Garantir que os investimentos oriundos dos editais públicos contemplem a diversidade de expressões culturais, promovendo a descentralização e o equilíbrio entre as diferentes áreas artísticas e culturais.

CAPÍTULO IV DO FINANCIAMENTO

Art. 8º Os planos plurianuais e as Leis de diretrizes orçamentárias do Município de Jaguariá/PR dispõem sobre os recursos a serem destinados à execução das ações constantes desta Lei.

Art. 9º O Órgão Gestor Municipal em parceria com o Departamento de Cultura, deverá estimular a diversificação dos mecanismos de financiamento para a cultura de forma a atender os objetivos do Plano Municipal de Cultura e elevar o total de recursos destinados ao setor para garantir o seu cumprimento.

CAPÍTULO V DO SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 10. Compete ao Órgão Gestor Municipal de Cultura monitorar e avaliar periodicamente o alcance das diretrizes e a eficácia das metas do Plano Municipal de Cultura com base em indicadores locais e regionais que quantifiquem a oferta e a demanda por bens, serviços e conteúdos, os níveis de trabalho, renda e acesso à cultura, de institucionalização e Gestão Cultural, de desenvolvimento econômico cultural e de implantação sustentável de equipamentos culturais.

Parágrafo Único. O processo de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Cultura contará com a participação do Conselho Municipal de Cultura, tendo o apoio de técnicos e agentes culturais, de institutos de pesquisa, de universidades, de instituições culturais, de organizações e redes socioculturais, além do apoio de outros órgãos colegiados de caráter consultivo, na forma do regulamento.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. O Plano Municipal de Cultura deverá ser atualizado em 04 (quatro) anos elaborados a partir das resoluções do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, podendo ser regulamentada mediante Decreto Municipal.

Paço Municipal, 27 de novembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal



DECRETOS

DECRETO n.º 1180/2025

Súmula: Dispõe sobre a Autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 6.118.600,82 (seis milhões, cento e dezoto mil, seiscentos reais e oitenta e dois centavos).

O Prefeito Municipal de Jaguariá, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002, Lei Federal n.º 4.320/64 e artigo 4º, e 7º, da Lei Municipal n.º 3.018/2024,

DECRETA

Artigo 1º. Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Jaguariá, no Corrente Exercício Financeiro, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 6.118.600,82 (seis milhões, cento e dezoto mil, seiscentos reais e oitenta e dois centavos) para as seguintes Dotações Orçamentárias:

02 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEGOV
2.002 Manutenção dos Serv. Admin. do Gabinete
01 3.1.90.11.00.00.00.00 000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 95.000,00
02 3.1.90.13.00.00.00.00 000 Contribuições Patronais 4.400,00

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO - SECOM
2.007 Manutenção dos Serv. Admin. da SECOM
33 3.1.90.11.00.00.00.00 000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 79.000,00
34 3.1.90.13.00.00.00.00 000 Contribuições Patronais 900,00

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE NEGÓCIOS JURÍDICOS - SENJUR
2.010 Manutenção dos Serv. Admin. da SENJUR
49 3.1.90.11.00.00.00.00 000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 85.300,00

05 SECRETARIA M. DE FINANÇAS E PLAN. ORÇAMENTÁRIO - SEFIP
2.012 Manutenção dos Serv. Admin. da SEFIP
63 3.1.90.13.00.00.00.00 000 Contribuições Patronais 6.000,00

06 SECRETARIA M. DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEARH
2.016 Manutenção dos Serv. Admin. da SEARH
07 3.1.90.11.00.00.00.00 000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 154.000,00

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - SEMIL
2.022 Manutenção dos Serv. Admin. da SEMIL
108 3.1.90.11.00.00.00.00 000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 609.500,20
109 3.1.90.13.00.00.00.00 000 Contribuições Patronais 5.000,00

08 SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO - SEMIC
2.038 Manutenção dos Serv. Admin. da SEMIC
136 3.1.90.11.00.00.00.00 000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 244.000,00
137 3.1.90.13.00.00.00.00 000 Contribuições Patronais 1.600,00

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR
2.034 Manutenção dos Serv. Admin. da SETUR
153 3.1.90.11.00.00.00.00 000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 145.000,00

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC
2.040 Manutenção dos Serv. Admin. da SEMEC
182 3.1.90.11.00.00.00.00 000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 660.000,00
183 3.1.90.13.00.00.00.00 000 Contribuições Patronais 83.000,00
186 3.1.91.13.00.00.00.00 000 Contribuições Patronais 28.000,00
191 3.3.90.46.00.00.00.00 000 Auxílio Alimentação 11.600,00

2.047 Manutenção da Educação Fundamental
204 3.1.90.11.00.00.00.00 000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 917.000,00
213 3.3.90.46.00.00.00.00 000 Auxílio Alimentação 24.000,00

2.055 Manutenção dos Serviços do Dpto de Cultura
248 3.1.90.11.00.00.00.00 000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 145.000,00

11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS
2.063 Manutenção dos Serv. Admin. do Fundo Municipal de Saúde
274 3.1.90.13.00.00.00.00 000 Contribuições Patronais 2.000,00
275 3.1.90.16.00.00.00.00 000 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil 32.995,00

2.065 Manutenção das Unidades Básicas de Saúde
284 3.1.90.11.00.00.00.00 000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 1.040.000,00
284 3.1.90.11.00.00.00.00 494 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 353.000,00
291 3.3.90.46.00.00.00.00 000 Auxílio Alimentação 33.000,00

2.071 Manutenção do Hospital Municipal Carolina Lupion
306 3.1.90.11.00.00.00.00 000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 673.000,00
274 3.1.91.13.00.00.00.00 000 Contribuições Patronais 32.000,00

2.072 Manutenção da Clínica Municipal de Fisioterapia
318 3.1.90.11.00.00.00.00 000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 41.000,00
326 3.3.90.46.00.00.00.00 000 Auxílio Alimentação 1.200,00

12 SECRETARIA M. DE DESENV. SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA- SEDESMF

2.075 Manutenção dos Serviços Administrativos da SEDESMF
341 3.1.90.11.00.00.00.00 000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 300.000,00
342 3.1.91.13.00.00.00.00 000 Contribuições Patronais 11.000,00

2.077 Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar
354 3.1.90.11.00.00.00.00 000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 3.600,00

2.078 Manutenção dos Serviços Desenvolvidos pelo CRA
362 3.1.90.11.00.00.00.00 954 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 15.000,00
362 3.1.90.11.00.00.00.00 933 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 44.505,62

15 SECRETARIA M DE SEG. PÚBLICA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL - SEMSP
2.021 Manutenção da Segurança Pública e Ordem Social
405 3.1.90.11.00.00.00.00 000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 238.000,00

Artigo. 2º. Os recursos necessários à suplementação a que se refere o artigo anterior, decorrerão do artigo 4º, incisos I, II, III, IV e V, art. 7º, Parágrafo 1º, e 2º, inciso II da Lei n.º 3.018/2024, artigo 43, Parágrafo 1º, inciso II, da Lei n.º 4.320/1964, provenientes:

I. Oriundos de excesso de arrecadação da seguinte fonte:

Fonte	Descrição	Valor
1040	VAAR – Transferência FUNDEB Complemento	917.000,00
0303	Saúde 15% - Receitas Vinculadas	800.000,00

II. Oriundos do cancelamento das seguintes Dotações:

02 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEGOV
2.006 Organização da Comemoração do Aniversário do Município
15 3.3.90.39.00.00.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 210.621,53

2.004 Manutenção dos Serviços de Controle Interno
16 3.1.90.11.00.00.00.00 000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 93.446,10
17 3.1.91.13.00.00.00.00 000 Contribuições Patronais 10.000,00
18 3.3.90.14.00.00.00.00 000 Diárias 3.000,00
19 3.3.90.30.00.00.00.00 000 Material de Consumo 1.000,00
20 3.3.90.39.00.00.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Jurídica 3.000,00
21 4.4.90.52.00.00.00.00 000 Equipamentos e Material Permanente 1.000,00

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE NEGÓCIOS JURÍDICOS - SENJUR
2.010 Manutenção dos Serv. Admin. da SENJUR
51 3.1.90.16.00.00.00.00 000 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil 21.000,00
52 3.1.90.94.00.00.00.00 000 Indenizações e Restituições Trabalhistas 4.412,45
53 3.3.90.14.00.00.00.00 000 Diárias 3.246,70
56 3.3.90.36.00.00.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 58,74
57 3.3.90.39.00.00.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Jurídica 20.000,00
59 4.4.90.52.00.00.00.00 000 Equipamentos e Material Permanente 1.000,00

2.011 Manutenção do Procon e Defensoria Pública
60 3.3.90.30.00.00.00.00 000 Material de Consumo 2.848,80
61 3.3.90.39.00.00.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Jurídica 4.824,23

05 SECRETARIA M. DE FINANÇAS E PLAN. ORÇAMENTÁRIO - SEFIP
2.012 Manutenção dos Serv. Admin. da SEFIP
67 3.3.90.14.00.00.00.00 000 Diárias – Pessoal Civil 6.000,00

2.014 Manutenção do Dep. de Contabilidade e Tesouraria
83 3.3.90.40.00.00.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Jurídica 87.939,85

06 SECRETARIA M. DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEARH
2.016 Manutenção dos Serv. Admin. da SEARH
96 3.3.90.39.00.00.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Jurídica 365.606,58

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - SEMIL
2.022 Manutenção dos Serviços Administrativos da SEMIL
110 3.1.90.16.00.00.00.00 000 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil 18.000,00
112 3.1.90.94.00.00.00.00 000 Indenizações e Restituições Trabalhistas 4.412,45
113 3.3.90.14.00.00.00.00 000 Diárias 92,71
115 3.3.90.36.00.00.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 13.593,41

1.002 Manutenção dos Próprios Municipais
119 3.3.90.30.00.00.00.00 000 Material de Consumo 68.605,27
120 3.3.90.39.00.00.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Jurídica 36.216,64
121 4.4.90.52.00.00.00.00 000 Obras e Instalações 5.000,00
122 4.4.90.61.00.00.00.00 000 Aquisição de Imóveis 17.000,00

2.025 Manutenção e Conservação de Vias Públicas
123 3.3.90.30.00.00.00.00 000 Material de Consumo 59.064,88

1.003 Obras Públicas
125 4.4.90.51.00.00.00.00 000 Obras e Instalações 8.496,95

2.027 Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública
126 3.3.90.30.00.00.00.00 000 Material de Consumo 10.000,00
127 3.3.90.39.00.00.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Jurídica 77.217,00

2.026 Manutenção e Conservação da Frota Municipal
128 3.3.90.30.00.00.00.00 000 Material de Consumo 91.657,51
129 3.3.90.39.00.00.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Jurídica 65.662,26
130 4.4.90.52.00.00.00.00 000 Equipamentos e Material Permanente 10.000,00

2.106 Manutenção do Transporte Coletivo
131 3.3.90.30.00.00.00.00 000 Material de Consumo 10.000,00
132 3.3.90.39.00.00.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Jurídica 505,02

2.028 Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
135 3.3.90.39.00.00.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Jurídica 11.500,00

08 SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO - SEMIC
2.030 Manutenção dos Serv. Admin. da SEMIC
138 3.1.90.16.00.00.00.00 000 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil 1.000,00
139 3.1.90.94.00.00.00.00 000 Indenizações e Restituições Trabalhistas 24,28
141 3.3.90.14.00.00.00.00 000 Diárias 409,14
143 3.3.90.36.00.00.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 2.004,94
146 4.4.90.52.00.00.00.00 000 Equipamentos e Material Permanente 856,79

2.102 Divisão de Indústria e Comércio
147 3.3.90.30.00.00.00.00 000 Material de Consumo 8.341,80
148 3.3.90.39.00.00.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Jurídica 5.779,02

2.031 Manutenção da Agência de Trabalhador
149 3.3.90.30.00.00.00.00 000 Material de Consumo 5.000,00
150 3.3.90.39.00.00.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Jurídica 1.541,55

2.033 Atividades de Apoio ao Trabalhador Rural
151 3.3.90.30.00.00.00.00 000 Material de Consumo 8.944,30
152 3.3.90.39.00.00.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Jurídica 91,60

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR
2.034 Manutenção dos Serv. Admin. da SETUR
154 3.1.90.13.00.00.00.00 000 Contribuições Patronais 3.000,00
155 3.1.90.16.00.00.00.00 000 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil 5.340,63
156 3.1.90.94.00.00.00.00 000 Indenizações e Restituições Trabalhistas 3.099,32
157 3.1.91.13.00.00.00.00 000 Contribuições Patronais 3.000,00
158 3.3.90.14.00.00.00.00 000 Diárias 556,85
160 3.3.90.36.00.00.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 2.404,11
163 4.4.90.52.00.00.00.00 000 Equipamentos e Material Permanente 1.612,00

1.005 Conservação e Manutenção dos Espaços Turísticos
164 4.4.90.51.00.00.00.00 000 Obras e Instalações 10.000,00
165 4.4.90.52.00.00.00.00 000 Equipamentos e Material Permanente 5.500,00

2.039 Projeto Feira Verde
173 3.3.90.32.00.00.00.00 000 Material, Bem ou Serviço de Distrib. Gratuita 22.547,24

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC
2.049 Manutenção do Transporte Escolar
216 3.1.90.11.00.00.00.00 000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 584.908,10
219 3.1.91.13.00.00.00.00 000 Contribuições Patronais 96.204,70
224 3.3.90.46.00.00.00.00 000 Auxílio Alimentação 18.487,20

2.047 Manutenção da Educação Fundamental
204 3.1.90.11.00.00.00.00 000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 83.000,00
204 3.1.90.11.00.00.00.00 102 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 24.000,00

2.032 Qualificação e Capacitação Profissional
227 3.3.90.14.00.00.00.00 000 Diárias 5.000,00
228 3.3.90.30.00.00.00.00 000 Material de Consumo 5.000,00
229 3.3.90.36.00.00.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 4.100,00
230 3.3.90.39.00.00.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 97.407,02

2.052 Manutenção e Anexo das Atividades Esportivas
243 3.3.90.30.00.00.00.00 000 Material de Consumo 33.492,98

11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS
2.063 Manutenção dos Serv. Admin. do Fundo Municipal de Saúde
278 3.3.90.14.00.00.00.00 000 Diárias 390,46



EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÁ-PR

Rosana Araújo Lopes - MTB. n° 3194 - PR
Jornalista Responsável

Secretaria Municipal de Comunicação
Rua Leônidas Ferreira de Barros, s/n° - Cidade Alta
(43) 3535 9306
E-mail: comunicacao@jaguaria-pr.gov.br



280 3.3.90.36.00.00.00 303 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	24.400,23
283 4.4.90.52.00.00.00 303 Equipamentos e Material Permanente	700,00
2.065 Manutenção das Unidades Básicas de Saúde	
284 3.1.90.11.00.00.00 000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	18.608,56
286 3.1.90.94.00.00.00 303 Indenizações e Restituições Trabalhistas	353,31
287 3.1.91.13.00.00.00 303 Contribuições Patronais	82.350,77
291 3.3.90.46.00.00.00 000 Auxílio Alimentação	17.400,00
292 4.4.90.52.00.00.00 303 Equipamentos e Material Permanente	9.200,00
2.105 Manutenção Convênio Consórcios	
297 3.3.71.70.00.00.00 303 Rateio pela Participação em Consórcio Público	170.817,76
2.067 Cadeia de Lixo Hospitalar	
296 3.3.90.39.00.00.00 303 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	10.000,00
2.062 Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	
299 3.1.90.11.00.00.00 004 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	353.000,00
300 3.1.90.16.00.00.00 303 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	12.000,00
2.071 Manutenção do Hospital Municipal Carolina Lupion	
306 3.1.90.11.00.00.00 000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	46.988,63
308 3.1.90.16.00.00.00 303 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	120.000,00
309 3.1.90.94.00.00.00 303 Indenizações e Restituições Trabalhistas	682,61
312 3.3.90.14.00.00.00 303 Diárias	505,01
314 3.3.90.36.00.00.00 303 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	2.000,00
316 3.3.90.46.00.00.00 303 Auxílio Alimentação	50.000,00
317 4.4.90.52.00.00.00 303 Equipamentos e Material Permanente	8.292,60
2.073 Manutenção do Laboratório Municipal de Análises Clínicas	
328 3.1.90.16.00.00.00 303 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	2.000,00
329 3.1.90.94.00.00.00 303 Indenizações e Restituições Trabalhistas	3.664,16
332 3.3.90.39.00.00.00 303 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	10.000,00
334 4.4.90.52.00.00.00 303 Equipamentos e Material Permanente	1.000,00
2.072 Manutenção da Clínica Municipal de Fisioterapia	
318 3.1.90.11.00.00.00 000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	14.746,32
320 3.1.90.16.00.00.00 303 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	9.546,35
321 3.1.90.94.00.00.00 303 Indenizações e Restituições Trabalhistas	1.000,00
324 3.3.90.36.00.00.00 303 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	3.000,00
325 3.3.90.39.00.00.00 303 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.800,00

12 SECRETARIA M. DE DESENV. SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA- SEDESMF	
2.075 Manutenção dos Serviços Administrativos da SEDESMF	
344 3.1.90.94.00.00.00 000 Indenizações e Restituições Trabalhistas	1.663,00
346 3.3.90.14.00.00.00 000 Diárias	42,19
347 3.3.90.30.00.00.00 000 Material de Consumo	20,73
348 3.3.90.36.00.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	1.354,44
1.012 Obras de Próprios Municipais da SEDESMF	
352 4.4.90.51.00.00.00 000 Obras e Instalações	10.000,00
353 4.4.90.52.00.00.00 000 Equipamentos e Material Permanente	2.000,00
2.077 Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar	
357 3.3.90.14.00.00.00 000 Diárias	67,89
358 3.3.90.30.00.00.00 000 Material de Consumo	4.500,00
359 3.3.90.39.00.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.000,00
2.078 Manutenção dos Serviços Desenvolvidos pelo CRAS	
362 3.1.90.11.00.00.00 000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	217.034,88
368 3.3.90.39.00.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	15.000,00
2.080 Manutenção dos Programa Bolsa Família - IGD	
376 3.3.90.30.00.00.00 000 913 Material de Consumo	44.505,62
2.088 Benefícios Eventuais	
381 3.3.90.36.00.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa física	38.900,00
2.081 Manutenção dos Serviços do CREAS	
384 3.3.90.30.00.00.00 000 Material de Consumo	14.037,60

15 SECRETARIA M. DE SEG. PÚBLICA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL - SEMSP	
2.021 Manutenção da Segurança Pública e Ordem Social	
407 3.1.90.16.00.00.00 000 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	21.000,00
411 3.3.90.36.00.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	6.198,31
414 4.4.90.52.00.00.00 000 Equipamentos e Material Permanente	66.073,00
2.092 Ações da Defesa Civil	
418 3.3.90.30.00.00.00 000 Material de Consumo	20.000,00
419 3.3.90.36.00.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	10.000,00
420 3.3.90.39.00.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	20.000,00

99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
9.999 Reserva de Contingência	
421 9.99.99.99.00.00.00 000 Reserva de Contingência	524.476,92

Artigo 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal n.º 2.866, de 02 de agosto de 2021 (Plano Plurianual - PPA 2022 - 2025).

Artigo 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal n.º 3.012, de 25 de setembro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2025).

Artigo 5º. Este Decreto entrará em vigor na presente data.

Artigo 6º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 26 de novembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

DECRETO n.º 1181/2025

Súmula: Dispõe sobre a Autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 880.750,00 (oitocentos e oitenta mil e setecentos e cinquenta reais).

O Prefeito Municipal de Jaguariáiva, Estado de Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002, Lei Federal n.º 4.320/64 e artigo 4º, e 7º, da Lei Municipal n.º 3.018/2024,

DECRETA

Artigo 1º. Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Jaguariáiva, no Corrente Exercício Financeiro, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 880.750,00 (oitocentos e oitenta mil e setecentos e cinquenta reais) para as seguintes Dotações Orçamentárias:

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC	
2.040 Manutenção dos Serv. Admin. da SEMEC	
184 3.1.90.16.00.00.00 104 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	9.000,00
11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS	
2.063 Manutenção dos Serv. Admin. do Fundo Municipal de Saúde	
273 3.1.90.11.00.00.00 303 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	117.000,00
2.065 Manutenção das Unidades Básicas de Saúde	
284 3.1.90.11.00.00.00 004 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	275.000,00
286 3.1.90.94.00.00.00 303 Indenizações e Restituições Trabalhistas	24.200,00
2.072 Manutenção da Clínica Municipal de Fisioterapia	
320 3.1.90.16.00.00.00 303 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	250,00
2.073 Manutenção do Laboratório Municipal de Análises Clínicas	
327 3.1.90.11.00.00.00 303 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	137.000,00

12 SECRETARIA M. DE DESENV. SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA - SEDESMF	
2.077 Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar	
354 3.1.90.11.00.00.00 000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	2.600,00
2.078 Manutenção dos Serviços Desenvolvidos pelo CRAS	
362 3.1.90.11.00.00.00 934 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	12.700,00
369 3.3.90.46.00.00.00 934 Auxílio Alimentação	3.000,00

13 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

0.001 Paspap - PMI	
395 3.3.90.47.00.00.00 000 Obrigações Tributárias e Contributivas	300.000,00

Artigo 2º. Os recursos necessários à suplementação a que se refere o artigo anterior, decorarão do artigo 4º, incisos I, II, III, IV e V, artigo 7º, Parágrafo 1º, e 2º, inciso II da Lei n.º 3.018/2024, artigo 43, Parágrafo 1º, inciso II, da Lei n.º 4.320/1964, provenientes:

I. Oriundi de excesso de arrecadação da seguinte fonte:

Fonte	Descrição	Valor
0000	Recursos Ordinários (livres)	302.600,00
0104	Demais Impostos Vinculados a Educação Básica	9.000,00
0303	Saúde 15% - Receitas Vinculadas	278.450,00
0494	Bloco Custeio Fundo a Fundo SUS	275.000,00
0934	Bloco de Financiamento Proteção Básica SUAS	15.700,00

Artigo 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal n.º 2.866, de 02 de agosto de 2021 (Plano Plurianual - PPA 2022 - 2025).

Artigo 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal n.º 3.012, de 25 de setembro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2025).

Artigo 5º. Este Decreto entrará em vigor na presente data.

Artigo 6º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 26 de novembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

DECRETO n.º 1182/2025

Súmula: Denomina Escola Municipal Vereador Marcos Aurélio Kojo "Kito Kojo."

O Prefeito de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, incisos X, XI da Lei Orgânica do Município, e ainda com base no Protocolo Geral sob n.º. 14670/2025,

Considerando que o senhor Marcos Aurélio Kojo, conhecido carinhosamente por todos como "Kito Kojo", era natural de Jaguariáiva, nascido a 06/10/1959, morador do bairro Lagoão, o qual a sua família ajudou a consolidar, através da histórica Olaria Kojo, onde iniciou sua vida profissional, trabalhando ao lado de seu pai, Sr. Aurélio Kojo e mãe Maria Helena Lopes Kojo. Era casado com a Sra. Claudete Santiago Kojo com quem construiu uma família sólida e exemplar, dessa união nasceram seus filhos Marcos Aurélio Kojo Junior, pai de Giulia Kojo e Marcos Aurélio Kojo Neto e Juliane Santiago Kojo mãe de Gabriela Kojo Rodrigues;

Considerando que exerceu o cargo de Vereador por 03 (três) mandatos em Jaguariáiva, eleito sempre pelo antigo partido PTB, tendo sido Presidente da Câmara Municipal; também foi servidor público do Município de Jaguariáiva em várias gestões, e na ocasião de seu falecimento ocupava o cargo de Diretor do Departamento de Limpeza Pública e Gerenciamento de Resíduos;

Considerando que, como Vereador, desempenhou funções de destaque no Legislativo de Jaguariáiva, exercendo, na Legislação de 1997 a 2000, os cargos de Vice-Presidente, no ano de 1997; Presidente da Câmara Municipal, em 1998; e 1º Secretário, em 1999; na Legislação de 2001 a 2004, atuou como Vice-Presidente no biênio 2003-2004; e, na Legislação de 2009 a 2012, voltou a exercer a Vice-Presidente no biênio 2009-2010, sempre com dedicação, zelo e compromisso com o interesse público;

Considerando ainda que o cidadão Marcos Aurélio Kojo deixou um legado de contribuição inegável para o desenvolvimento de Jaguariáiva e por todas as contribuições que fez ao longo de sua vida, servindo de inspiração para as futuras gerações de Jaguariáivenses, sempre atendendo a todos os cidadãos sem distinção, personificando o termo "servidor público" e cuja trajetória foi marcada por relevantes serviços prestados à comunidade Jaguariáivense, tanto na condição de cidadão quanto no exercício dos cargos de Vereador e servidor deste Município;

RESOLVE

Artigo 1º. DENOMINAR como ESCOLA MUNICIPAL "VEREADOR MARCOS AURÉLIO KOJO "KITO KOJO", a Escola Municipal localizada no Bairro Portal do Sertão, à Rua Prefeito Otílio Renato Baroni.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 3º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 26 de novembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

DECRETO n.º 1183/2025

Súmula: Dispõe sobre a Prorrogação de Processo Administrativo Disciplinar em face de JONATHAN DONATO RAMOS DA SILVA e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, c/c artigo 148 e 154 da Lei n.º 2155/2010 e de acordo com o Decreto n.º 017/2025, que constituiu a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

DECRETA

Art. 1º. Fica Prorrogado Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de **JONATHAN DONATO RAMOS DA SILVA**, servidor público municipal, ocupante do cargo em provimento efetivo de Eletricista Predial, inscrito na matrícula n.º 8.330, tendo em vista o contido no Protocolo Geral sob n.º 12578/2025.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de novembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGERIO
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

DECRETO n.º 1184/2025

Súmula: Dispõe sobre a Instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face de GISELAINE SALDANHA e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, c/c artigo 148 e 154 da Lei n.º 2155/2010 e de acordo com o Decreto n.º 017/2025, que constituiu a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

DECRETA

Art. 1º. Fica Instaurado Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de **GISELAINE SALDANHA**, servidora pública municipal, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Farmácia, inscrita na matrícula n.º 3.808, tendo em vista o contido no Protocolo Geral sob n.º 15755/2025.

Art. 2º. A comissão processante, conforme dispõe o Decreto n.º 017/2025, será composta dos seguintes membros: Presidente: Mathues Rissatto Rivoiro; Secretária: Silvana Aparecida Lopes Valengo Kojo; Membros: Lucas Madureira Ferreira, Alessandra Walenga Vaz e José Sidnei Lozeski Filho.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de novembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGERIO
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

DECRETO n.º 1185/2025

Súmula: Dispõe sobre a Instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face de ELIZETE APARECIDA LAVARDA e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, c/c artigo 148 e 154 da Lei n.º 2155/2010 e de acordo com o Decreto n.º 017/2025, que constituiu a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

DECRETA

Art. 1º. Fica Instaurado Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de **ELIZETE APARECIDA LAVARDA**, servidora pública municipal, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Farmácia, inscrita na matrícula n.º 4.346, tendo em vista o contido no Protocolo Geral sob n.º. 15239/2025.

Art. 2º. A comissão processante, conforme dispõe o Decreto n.º 017/2025, será composta dos seguintes membros: Presidente: Mathues Rissatto Rivoiro; Secretária: Silvana Aparecida Lopes Valengo Kojo; Membros: Lucas Madureira Ferreira, Alessandra Walenga Vaz e José Sidnei Lozeski Filho.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de novembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGERIO
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

DECRETO n.º 1186/2025

Súmula: Dispõe sobre a Prorrogação de Processo Administrativo Disciplinar em face de LALESKA EDUARDA PROVODA e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, c/c artigo 148 e 154 da Lei n.º 2155/2010 e de acordo com o Decreto n.º 017/2025, que constituiu a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

DECRETA

Art. 1º. Fica Prorrogado Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de **LALESKA EDUARDA PROVODA**, servidora pública municipal, que era ocupante do cargo em provimento efetivo de Assistente Social, inscrita na matrícula n.º 7.999, tendo em vista o contido no Protocolo Geral sob n.º 13381/2025.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de novembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGERIO
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos



SEFIP

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO CONTRATO DE FORNECIMENTO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 106/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFEÇÃO DE
UNIFORMES ESCOLARES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SEMEC

DATA DO CONTRATO: 27/11/2025 | VIGÊNCIA: 12 MESES

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 397/2025
CONTRATADA: VICKYTEX INDUSTRIA E COMERCIO DE
UNIFORMES LTDA
CNPJ: 08.257.978/0002-26 | VALOR CONTRATUAL: R\$ 1.591.200,00

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO CONTRATO DE FORNECIMENTO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 171/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO,
FORNECIMENTO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E MANUTENÇÃO
DA DECORAÇÃO NATALINA, INCLUINDO APRESENTAÇÕES
ARTÍSTICAS, PARA O EVENTO "NATAL LUZ 2025

DATA DO CONTRATO: 27/11/2025 | VIGÊNCIA: 90 DIAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 398/2025
CONTRATADA: MARIO SERGIO PRAZIO & CIA LTDA
CNPJ: 43.429.845/0001-00 | VALOR CONTRATUAL: R\$ 244.000,00



IPREV

Primeiro aditivo – Contrato administrativo nº 03/2025 – Processo de
dispensa nº 03/2025. Objeto: Reforma no salão social da sede do IPREV.
Valor do aditivo: Valor: R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Contratante:
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE JAGUARIAÍVA – IPREV. Contratado: MELO'S HOUSE,
CNPJ Nº 13.489.904/0001-74.



SAMAE

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO 015/2025

1) TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

2) OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de 02 (dois)
reservatórios tipo tanque, fabricado em PEAD (Polietileno de Alta Densidade), com
capacidade para 20 m³ (vinte metros cúbicos), para atendimento dos Sistema Rural
do Bairro Gentio e Bairro Cachoeira. Descritos no Termo de Referência.

3) PERÍODO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO: das
15:00h do dia 28/11/2025 às 23:59h do dia 03/12/2025 – horário de Brasília.

4) ENDEREÇO PARA ENVIO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO: A proposta de
preços, poderá ser encaminhada via e-mail, para o endereço eletrônico:
compraslicitacoes@samaejv.com.br, fazendo referência no assunto do e-mail a
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2025 ou poderá ser protocolada diretamente no
Protocolo Geral do SAMAE, localizado na Rua Porto Velho, nº 140, Jardim São
Roque, Jaguariáiva-PR, em envelope fechado, fazendo referência à DISPENSA DE
LICITAÇÃO Nº 015/2025.

5) LOCAL DE DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL:

www.samaejv.com.br/licitacoes/
https://transparencia.betha.cloud/#/H5O-RxfRurTVXzQsfU63HQ==/consulta/93224
https://www.gov.br/pncp/pt-br

Informações: O edital e seus anexos estão à disposição na sede do SAMAE, na Rua
Porto Velho, 140, no Município de Jaguariáiva PR, telefone (43) 3535-9219/3535-
9211.

Jaguariáiva, 28 de novembro de 2025.

Nei Aparecido, Camilo
Agente de Contratação

EXTRATO DE CONTRATO Nº 824/2025 ADESÃO À ARP Nº 278/2024 - LOTE 4 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 824/2024 - SEAP

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUARIAÍVA

CONTRATADA: PRODUSERV SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 17.832.628/0001-09

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de
limpeza e conservação, manutenção de áreas verdes e recepção, com fornecimento de mão
de obra qualificada, sob o regime de dedicação exclusiva, visando atender às necessidades
operacionais e administrativas do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE
de Jaguariáiva, com fornecimento de todos os materiais, insumos e equipamentos
necessários e adequados à execução dos serviços. Em que a CONTRATADA se declara
em condições de entregar o objeto em conformidade com os itens constantes nos autos do
procedimento de adesão à Ata de Registro de Preços Nº 278/2024 – LOTE 4 – PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 824/2024 – SEAP, em estrita observância nas documentações levadas a
efeito no Processo/Ano 430/2025.

VALOR ANUAL: R\$ 791.573,76 (setecentos e noventa e um mil quinhentos e setenta e três reais e setenta e
seis centavos)

05 de janeiro de 2026 a 04 de janeiro de 2027.

VIGÊNCIA: 3.3.90.39.99.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica

DOTAÇÃO: 3.3.90.39.99.99 – Demais Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Jaguariáiva, 27 de novembro de 2025.